



jan/14	700 de 30/12/13	499.448.665,19	499.100.498,87
fev/14	51 de 30/01/14	505.279.209,93	504.922.392,25
mar/14	103 de 27/02/14	518.566.847,52	512.877.527,14
abr/14	141 de 28/03/14	528.476.764,27	522.722.586,58
mai/14	214 de 30/04/14	536.320.821,41	529.047.003,09
jun/14	292 de 29/05/14	533.315.511,87	533.226.178,48
jul/14	368 de 01/07/14	536.694.789,22	536.580.777,02

R\$ 1,00

PARANÁ			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
mar/14	103 de 27/02/14	1.867.154.485,83	1.867.154.335,67
abr/14	292 de 29/05/14	1.888.144.377,92	1.888.144.227,75
mai/14	292 de 29/05/14	1.912.820.798,93	1.912.820.648,77
jun/14	292 de 29/05/14	1.908.486.315,37	1.908.486.165,20

R\$ 1,00

RONDÔNIA			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
mar/14	368 de 01/07/14	355.499.568,29	355.456.501,14

R\$ 1,00

RORAIMA			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/14	141 de 28/03/14	180.576.288,52	176.109.810,66
mai/14	214 de 30/04/14	183.256.540,18	173.082.002,58
jun/14	292 de 29/05/14	184.083.015,48	166.867.795,36
jul/14	368 de 01/07/14	184.083.015,48	166.901.582,27

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 5.961, DE 24 DE JULHO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 68 e 69 do Regimento Interno aprovado pela Resolução CNSP nº 272, de 19 de dezembro de 2012, os arts. 18 e 19 do Anexo I do Decreto nº 7.049, de 23 de dezembro de 2009, o art. 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, os arts. 38 e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o art. 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, os artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o art. 36, I, II, III e IX do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o inteiro teor da Portaria do Ministro da Fazenda nº 151, de 23 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Autorizações - Dirat para praticar os seguintes atos:

I - homologação de nomes indicados para exercer cargos de administração em sociedades e entidades supervisionadas, bem como integrar órgãos consultivos, fiscais e assemelhados dessas sociedades;

II - autorização da transferência de carteira de seguros, de previdência complementar ou de capitalização entre sociedades e entidades supervisionadas;

III - autorização dos pedidos de ingresso no Consórcio DP-VAT de sociedades e entidades supervisionadas;

IV - concessão dos pedidos de reconhecimento de ouvidorias, de adesão às ouvidorias coletivas e de concessão de prerrogativas;

V - cadastramento de resseguradores admitidos e eventuais;

VI - arquivamento dos autos relativos aos assuntos indicados nos itens anteriores.

Art. 2º Subdelegar competência ao Diretor de Autorizações - Dirat para autorizar alterações dos estatutos das sociedades e entidades supervisionadas, nos termos do art. 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e do art. 38, inciso I da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, salvo quando houver extensão ou cancelamento de atividades ou transformações de sociedades que impliquem o cancelamento de autorização para operar.

Art. 3º Fica o Diretor de Autorizações - Dirat autorizado a subdelegar as competências previstas nos artigos 1º e 2º desta Portaria ao Coordenador-Geral de Autorizações - CGRAT.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

RETIFICAÇÃO

Na Ata da 189ª Sessão Pública de Julgamento, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de janeiro de 2014, pág. 27, Seção 1: onde se lê, no item 2.4 - JULGAMENTO - RECURSO Nº 6223 - Processo Susep nº 15414.003241/2008-81; leia-se, no item 2.5 - AS-SUNTOS GERAIS: 2.5.10 - O recurso nº 6223 - Processo Susep Nº 15414.003241/2008-81 teve seu julgamento iniciado, mas a representação da Susep solicitou vistas dos autos.

TOCANTINS			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
jul/14	368 de 01/07/14	415.590.338,49	410.696.587,71

Art. 4º Os valores da Receita Líquida Real recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação.

R\$ 1,00

ESTADOS		R.L.R. MÉDIA MENSAL	
BAHIA		1.749.876.492,99	
GOIAS		1.006.311.603,30	
MATO GROSSO DO SUL		523.078.181,59	
RIO DE JANEIRO		3.371.068.208,48	

Art. 5º No Art 3º da Portaria nº 368 de 01 de julho de 2014, onde se lê as republicações da Receita Líquida Real do Estado do Mato Grosso, dos meses de abr, mai e jun/14, conforme quadro abaixo:

R\$ 1,00

MATO GROSSO			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/14	141 de 28/03/14	699.732.358,70	699.732.358,70
mai/14	214 de 30/04/14	704.939.843,35	704.939.843,35
jun/14	292 de 29/05/14	709.610.789,32	709.610.789,32

Leia se:

MATO GROSSO			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/14	292 de 29/05/14	699.090.547,61	699.638.669,10
mai/14	292 de 29/05/14	704.072.596,10	704.846.153,75
jun/14	292 de 29/05/14	708.563.944,08	709.517.099,72

Art. 6º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de agosto de 2014.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 278, DE 29 DE JULHO DE 2014

O MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei de Irrigação nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, e no artigo 4º, inciso VIII, do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984, resolve:

Art. 1º - Fixar, para o período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, os seguintes valores do componente K1 da tarifa de água, correspondentes à amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum, em reais por hectare por ano, para os perímetros públicos de irrigação administrados direta ou indiretamente pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODE-VASF.

PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO	VALOR DA PARCELA (R\$/ha/ano)
GORUTUBA	127,00
JAIBA	127,00
LAGOA GRANDE	84,00
PIRAPORA	127,00
BARREIRAS NORTE	0,00
CERAIMA	0,00
ESTREITO I/III	0,00
FORMOSO "A"	127,00
FORMOSO "H"	127,00
MIRORÓS	127,00
NUPEBA	127,00
PILOTO FORMOSO	0,00
RIACHO GRANDE	127,00
SÃO DESIDÉRIO/ BARREIRAS SUL	0,00
BEBEDOURO	82,00
SENADOR NILO COELHO	127,00
CURACA	127,00
MANDACARU	82,00
MANICOBA	127,00
TOURÃO	48,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.267, DE 29 DE JULHO DE 2014

Estabelece as diretrizes gerais do Programa Casa de Direitos, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as diretrizes gerais do Programa Casa de Direitos.

Art. 2º O Programa Casa de Direitos tem como objetivo a democratização do acesso à Justiça e o exercício pleno da cidadania por meio da prevenção e solução de conflitos e da promoção de políticas e serviços públicos de acesso à justiça e direitos, voltados para territórios ou comunidades em situação de vulnerabilidade.

Parágrafo único. Considera-se em situação de vulnerabilidade a pessoa que, por razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram dificuldades em exercer plenamente os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico perante os órgãos do sistema de justiça.

Art. 3º O Programa Casa de Direitos contará com espaço multifuncional onde poderão ser prestados, de maneira permanente ou itinerante, os seguintes serviços de acesso à justiça e direitos:

I - aconselhamento jurídico e representação jurídica gratuita, através de parcerias com a Defensoria Pública, de Faculdades de Direito ou demais instituições qualificadas;

II - serviços de educação para os direitos, mediação comunitária e articulação de redes locais, prestados pelo Núcleo de Justiça Comunitária, nos termos da Portaria nº 01, de 12 de abril de 2012, da Secretaria de Reforma do Judiciário;

III - julgamento de causas cíveis de menor complexidade definidas pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, através de parcerias com o Poder Judiciário;

IV - registros públicos, por meio de parcerias com o cartório de registro competente; e

V - serviços e orientações voltados ao exercício pleno da cidadania.

§ 1º O Programa Casa de Direitos prestará obrigatoriamente e em caráter permanente os serviços de que tratam os incisos I e II do caput.

§ 2º Os serviços de que tratam o caput serão implementados por meio de acordos de cooperação firmados entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, e órgãos e entidades da administração pública direta e indireta ou entidades privadas.